

Rádio e TV dividem lideranças

Arquivo 17/06/87



Lourenço: enquanto o povo passa fome, há parlamentares com pretensões a diretor de TV

Constituintes ironizam fala do presidente

Muita ironia, concordâncias e inesperadas e um desconhecimento difícil de se imaginar. Estas foram as reações ontem no Congresso, entre parlamentares e visitantes, aos elogios do presidente José Sarney ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, anteontem em Piquete (SP). "Achei ótimo", concordaram Roberto Cardoso Alves (SP), da ala direita do PMDB, e José Lourenço, líder do PFL. "Não li", disseram o presidente da Fiesp, Mário Amato e da UDR, Ronaldo Caiado. "Ele falou sem quepe?", ironizou José Genoíno (PT-SP).

"Ele (o Exército) é hoje um dos firmes suportes da nossa transição para a democracia —, dissera o presidente na véspera. Genoíno observou: "Esse pronunciamento revela que os militares falam por Sarney, ele elogia os militares e estabelece a tutela militar". A ironia predominou em grande parte das declarações.

Lúcio Alcântara (CE) da ala moderna do PFL, conhecida como PFL do B, em posição de sentido, afirmou: "Eles querem dizer com isto que estão entendidos". Almoçando no Senado, outro vice-líder de Mário Covas, o deputado Miro Teixeira (RJ) brincou: "Desculpe mas não falo sobre assuntos que ocorrem entre militares".

Um dos redatores do capítulo sobre as Forças Armadas que, incluído no projeto Bernardo Cabral, tanto irritou o general Leônidas e provocou um início de crise militar na semana passada, o líder do PIT, Brandão Monteiro (RJ) saiu-se com um inesperado pronunciamento: "Achei natural, ninguém nega a importância das Forças Armadas, que merecem até elogios. Apenas não queremos que a Nação se submeta a elas".

Outro personagem do "affair" militar da semana passada, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que acompanhou o relator Cabral, nas mal sucedidas negociações com o ministro do Exército, também optou pela moderação: "O Sarney apenas repetiu o que tem dito, os militares estão respeitando a Constituição e a Constituinte".

General quer manutenção de atribuições

Porto Alegre — O comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, condenou ontem, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, a forma como o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, definiu as atribuições das Forças Armadas no projeto de Constituição.

"Nós devemos manter o que estabelece a atual Constituição, que define as Forças Armadas como instituições permanentes para a manutenção da ordem e da lei, interna e externamente, e os poderes constitucionais", afirmou o general, ressaltando que, pelo projeto do deputado Bernardo Cabral, "as atribuições das Forças Armadas acabariam dependendo de uma regulamentação da Constituição, o que não é conveniente".

O comandante militar do Sul condenou também os constituintes que ainda pretendem a concessão de anistia aos militares atingidos por atos institucionais após o movimento de março de 1964.

Grupo de consenso nega possibilidade de acordo

Não há acordo possível sobre a reforma agrária e a criação de um Tribunal Constitucional entre os grupos de consenso, que se formou em torno do vice-líder peemedebista na Constituinte, deputado Euclides Scalco, e dos 32, liderado pelo senador José Richa. Os dois blocos concluíram, ontem os entendimentos com relação às questões polêmicas em exame pela Comissão de Sistematização, mas não chegaram a uma solução consensual sobre esses dois pontos, que serão decididos pelo voto.

A informação foi dada, ontem, pelo deputado Euclides Scalco, acrescentando que os dois grupos se entenderam sobre os capítulos que tratam da ordem econômica, seguridade, saúde, previdência, assistência social e anistia, além da educação e comunicações. Como não foi possível ciência e tecnologia, bem como sobre índios e menores, o grupo de consenso vai apresentar suas próprias emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Cresce o número de emendas

Cerca de 7.800 emendas de plenário haviam sido protocoladas até as 18 horas de ontem na secretaria geral da Comissão de Sistematização. Com a prorrogação do prazo de entrega para a meia-noite de sábado, o movimento diminuiu. Somente cerca de 1.600 emendas foram apresentadas. Prevê-se, no entanto, que a partir de sexta-feira, o volume aumente significativamente.

O Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado), num levantamento parcial, listou os parlamentares que mais emendas apresentaram até agora: Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Victor Fontana (PFL-SC), Nilson Gibson (PMDB-PE), Cunha Bueno (PDS-SP), Antero de Barros (PMDB-MT), César Maia (PDT-RJ), Paulo Delgado (PT-MG), Waldeck Or-

nelas (PFL-BA), José Guedes (PMDB-RO) e Cid Carvalho (PMDB-CE).

Como era esperado, o capítulo da reforma agrária vem recebendo muitas emendas, bem como os artigos referentes ao sistema de governo. Já os capítulos relativos ao Poder Judiciário e da Previdência e Seguridade Social, tiveram poucas emendas. O mesmo acontecia com os artigos que tratam dos servidores públicos civis e militares.

Os funcionários da Comissão de Sistematização, encarregados de catalogar as milhares de emendas ao anteprojeto nesta segunda fase, atribuem dois fatores para o desinteresse por esses temas: ou os constituintes estão satisfeitos com o texto do relator Bernardo Cabral ou trata-se de desleixo.

A criação de um sistema de rádio e televisão para veiculação específica e permanente de programação política das atividades do Congresso Nacional não está sendo bem recebida pelas lideranças do PMDB, PFL, PTB e PC do B. Já o PDT, PT e PCB acham a proposta salutar para a transparência dos atos do Poder Legislativo. O líder do PFL, deputado José Lourenço, um dos maiores críticos do projeto, considerou "um absurdo e uma provocação descabida ao povo, que não tem mais paciência em ver o Governo brincando com dinheiro público".

O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, se mostrou desmotivado com a idéia de criação de uma estação de rádio e televisão exclusiva para o Congresso. "Não sei se irá surtir o efeito desejado; o tiro pode sair pela culatra", frisou. A sugestão do senador seria um aperfeiçoamento técnico-profissional do projeto "Diário da Constituinte", que poderia se tornar permanente no acompanhamento das atividades congressuais. Mas o deputado José Lourenço, irritado, salientou que o Congresso deveria ser um exemplo de austeridade da aplicação do seu orçamento. Mas, pelo contrário, "o povo está passando fome e tem parlamentar querendo ser diretor de rede de televisão estatal".

O vice-líder do PTB, deputado Arnaldo Faria, considerou desnecessária a proposta, sugerindo um aprimoramento no campo editorial e técnico do "Diário da Constituinte" como uma alternativa mais barata ao bolso do contribuinte. "Será um desperdício de recursos e que não dará ibope algum", frisou. Para a deputada Lídice da Mata (PC do B-BA), a proposta é desprezível, já que as televisões estatais e educativas poderiam cumprir a mesma missão.

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, pretende ainda esta semana consultar as lideranças partidárias sobre a inclusão no texto da futura Constituição de um dispositivo autorizando o Congresso a implantar um sistema próprio de rádio e televisão capaz de cobrir todo o território nacional. A proposta foi levantada com a apresentação de uma emenda do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário da Constituinte, que em uma reunião preliminar da Mesa da Assembléia recebeu aprovação quase unânime das lideranças.

Socializar a informação do Poder Legislativo, exercer a função educativa vital para o desenvolvimento político da sociedade e utilizar um instrumento de comunicação de massas para promover a transparência das instituições parlamentares. Estas são as justificativas do deputado Marcelo Cordeiro para a sua proposta, que segundo ele, produzirá um aprimoramento do diálogo democrático entre os representantes e os representados.

Os custos de implantação do projeto, para o parlamentar, são mínimos se comparados com os benefícios, pois para ele, "a alma do negócio é a informação". Existem inclusive a possibilidade do Governo Federal utilizar equipamentos e material apreendido pela Receita Federal, no momento ociosos, bastando apenas uma simples requisição.

Para o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, a proposta é viável, porque os meios de comunicação "não podem ficar à mercê de noticiários tendenciosos patrocinados pela classe empresarial". No mesmo raciocínio se posicionou o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que ressaltou o valor da sugestão para que "o eleitor saiba exatamente como age e pensa o seu representante". O líder em exercício do PDS, deputado Adilson Motta, considerou válida a proposta, como "uma necessidade da difusão dos trabalhos congressuais para a sociedade que poderá acompanhar e cobrar ações de seus representantes". O líder do PCB, deputado Roberto Freire, considerou razoável a idéia, pois "irá aperfeiçoar a democracia e ampliar os direitos da cidadania".